



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

029. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO – ANÁLISE ESPACIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. Convenções devem ser adotadas para representar feições geográficas em mapas. A distinção entre feições se dá por meio das variáveis visuais que podem ser classificadas, pelo menos, em:
- (A) geometria, tom de cor e forma.
 - (B) forma, saturação e resolução espacial.
 - (C) tamanho, tom de cor e forma.
 - (D) tamanho, tom de cor e rugosidade.
 - (E) geometria, orientação e forma.
26. A representação da superfície pode ser simplificada pela adoção de escalas que relacionam medidas no terreno com medidas em mapas e/ou plantas. Basicamente, existem duas formas de se representar uma escala: a escala numérica e a escala gráfica. Sobre essas escalas, é correto afirmar que
- (A) em uma escala numérica 1:100 000, adotando como acuidade visual o valor de 0,2 mm, a representação mínima de uma estrada terá o comprimento de 20 m.
 - (B) em um mapa com escala gráfica, não é possível fazer relações diretas de medidas de distâncias.
 - (C) um mapa em escala pequena não pode ser impresso em uma escala maior.
 - (D) a escala 1:1000 000 é maior que a escala 1:5 000.
 - (E) uma feição na superfície terrestre, quando representada na escala 1:10000, significa dizer que o elemento está representado 10000 vezes maior do que ele realmente é.
27. Considerando uma região da superfície da Terra que se queira mapear e que possua muitos acidentes de 10 m de extensão, a menor escala que se deve adotar para que esses acidentes tenham representação será:
- (A) 1:5 000.
 - (B) 1:25 000.
 - (C) 1:1 000.
 - (D) 1:10 000.
 - (E) 1:50 000.
28. Em mapas, o uso das cores ajuda na interpretação da realidade levantada em campo. Em relação ao uso das cores, pode-se afirmar que
- (A) sépia (castanho claro) é muito utilizada na representação de curvas de nível e vértices geodésicos (com a indicação da sua altitude).
 - (B) azul não é muito utilizado na representação de cursos de água, barragens, lagoas, poços, fontes ou nascentes.
 - (C) vermelho é muito utilizado na representação de ferrovias.
 - (D) preto é muito utilizado na representação de estradas asfaltadas e não é utilizado em aglomerados populacionais e seus nomes (toponomia).
 - (E) verde é pouco utilizado na representação da vegetação.
29. Os mapas podem ser classificados de acordo com sua função. Sobre essa classificação, é correto afirmar que
- (A) mapas de uso geral restringem seu uso a inúmeros usuários.
 - (B) mapas temáticos são destinados a representações gerais.
 - (C) mapas especiais não são concebidos para atender determinadas áreas específicas.
 - (D) a representação de recursos naturais, pesquisas socioeconômicas e modais de transporte são exemplos de mapas temáticos.
 - (E) cartas náuticas e aeronáuticas são exemplos de mapas coropléticos, mas não podem ser considerados mapas especiais e nem temáticos.
30. Qual método empregado para a determinação da precipitação média em uma determinada região, que se caracteriza por linhas traçadas em um mapa meteorológico da área em estudo, com curvas unindo os pontos com igual precipitação, definidas para um determinado período, a partir dos dados de chuva, e possui várias utilizações, como por exemplo, em projetos de regionalização de vazões, outorga de uso de água e balanço hídrico?
- (A) Das isolinhas.
 - (B) Das isoietas.
 - (C) Da média aritmética simples.
 - (D) Da média geométrica.
 - (E) De Thiessen.

31. O termo resolução em Sensoriamento Remoto desdobra-se em quatro principais parâmetros: espacial, espectral, radiométrica e temporal. Considerando os conceitos que definem cada um deles, pode-se afirmar que
- (A) a resolução radiométrica refere-se à medida da largura das faixas do espectro eletromagnético e da sensibilidade do sistema sensor em distinguir entre dois níveis de intensidade do sinal de retorno.
 - (B) a resolução espacial está associada à habilidade do sistema sensor em distinguir variações no nível de energia refletida, emitida ou retroespalhada da superfície terrestre.
 - (C) se define resolução espectral como a composição de um conjunto de *pixels*, onde para cada *pixel* é associado um valor de intensidade que representa a medida física da quantidade de energia eletromagnética incidente nos detectores do sensor.
 - (D) o clima, em especial a cobertura de nuvem, na hora da tomada da imagem para uma determinada superfície, está condicionado à sua resolução temporal.
 - (E) a capacidade do sistema sensor em “perceber” detalhes de objetos na superfície terrestre está associada à sua resolução espacial.
32. A rede de drenagem reflete as características físicas da área analisada, tais como: permeabilidade, natureza das rochas, estruturas geológicas, etc. Tipos básicos de drenagem estão relacionados com os tipos de rochas ou estruturas. Tipo de rede de drenagem sugere um padrão familiar. Dentre os diversos tipos básicos de padrão de rede de drenagem, é correto afirmar que dois dos apresentados nas alternativas a seguir estão corretos. São eles:
- (A) dendrítico e radial.
 - (B) paralelo e orbital.
 - (C) triangular e treliça.
 - (D) oval e retangular.
 - (E) perpendicular e paralelo.
33. A prática da queima da palha da cana-de-açúcar para facilitar a colheita manual tem causado danos ambientais e à saúde pública em municípios do Estado de São Paulo. A colheita da cana-de-açúcar pode ser realizada de forma mecanizada ou manual, sendo a colheita mecanizada restrita a condições do terreno que permitam estabilidade das máquinas envolvidas na operação. O uso de Modelos Digitais de Terreno (MDT) possibilita detectar áreas onde a colheita mecanizada é inviável. Sobre essa proposição, é correto afirmar que
- (A) o risco de tombamento juntamente com as deficiências de dirigibilidade limitam a utilização das colhedoras de uma linha em terrenos com declividades superiores a 12%.
 - (B) o uso de MDT não permite gerar perfil topográfico a partir de transectos.
 - (C) a legislação do estado de São Paulo prevê que áreas com declividade maior que 12% são próprias para colheita mecânica.
 - (D) os MDTs dificultam a geração de mapas com curvas de nível, cálculos de volumes de aterro e escavação, determinação de regiões de visibilidade, declives e orientação de encostas.
 - (E) o uso de MDT não é adequado para o monitoramento de processos erosivos, geração de redes de drenagem e determinação de áreas de alagamento.
34. Uma imagem pancromática, de muito alta resolução espacial, foi tomada de uma área rural. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as características da imagem em relação à textura, tonalidade e forma de apresentação, respectivamente, de uma plantação de laranja.
- (A) Lisa; de branco a cinza claro; irregular.
 - (B) Rugosa; cinza médio; regular.
 - (C) Rugosa; de cinza médio a escuro; regular.
 - (D) Lisa; de cinza médio a escuro; regular.
 - (E) Rugosa; de branco a cinza claro; irregular.

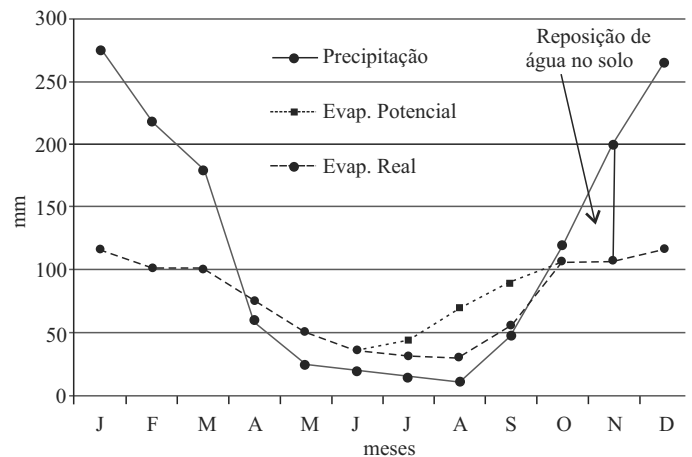
35. A ciência da conservação do solo e da água preconiza um conjunto de medidas, estabelecendo critérios para o uso e manejo das terras, entre elas as praticas de caráter vegetativo. Dessa forma, a presença da cobertura vegetal na superfície

- (A) aumenta a quantidade de água interceptada, aumentando a velocidade do deflúvio superficial, em função do aumento da rugosidade em seu percurso. Assim, a erosão do solo é tanto menor, quanto mais densa é a vegetação que o recobre e protege contra a ação da chuva.
- (B) atenua a energia de impacto das gotas de chuva, aumentando a desagregação do solo e a obstrução dos poros, além de aumentar a quantidade de água interceptada e reduzir a velocidade do deflúvio superficial, em função do aumento da rugosidade em seu percurso.
- (C) otimiza a energia de impacto das gotas de chuva, aumentando a desagregação do solo e a obstrução dos poros, além de diminuir a quantidade de água interceptada e reduzir a velocidade do deflúvio superficial, em função do aumento da rugosidade em seu percurso.
- (D) aumenta a quantidade de água interceptada, reduzindo a velocidade do deflúvio superficial, em função da redução da rugosidade em seu percurso. Assim, a erosão do solo é tanto maior, quanto menos densa é a vegetação que o recobre e protege contra a ação da chuva.
- (E) atenua a energia de impacto das gotas de chuva, reduzindo a desagregação do solo e a obstrução dos poros, além de aumentar a quantidade de água interceptada e reduzir a velocidade do deflúvio superficial, em função do aumento da rugosidade em seu percurso.

36. Considerando-se os princípios do processo da erosão hídrica do solo, é correto afirmar que

- (A) a cobertura vegetal na superfície promove o aumento da infiltração de água no solo e do deflúvio superficial, em função do aumento da rugosidade em seu percurso.
- (B) o entupimento dos poros do solo pelas partículas desagregadas pela chuva, na erosão hídrica, dificulta a infiltração das águas das chuvas, diminuindo o volume do deflúvio superficial.
- (C) é possível reduzir a velocidade do deflúvio superficial utilizando barreiras físicas, assim como preparar o solo para o plantio e plantar de acordo com o nível do terreno.
- (D) durante o processo de transporte do material erodido, a mata ciliar promove o assoreamento do rio, evitando que as partículas levadas em suspensão atinjam seu leito.
- (E) a cobertura vegetal adensa o solo por meio do sistema radicular, diminuindo o tamanho dos agregados do solo, desestabilizando-os em função do crescimento das raízes.

37. As avaliações dos condicionantes climáticos para a produção agropecuária de uma região são feitas pela análise de dados meteorológicos, sendo desejável um período mínimo de dez anos de observação, que incluem principalmente a temperatura e a precipitação. Com esses dados é possível calcular a evapotranspiração potencial e efetuar o balanço hídrico. O balanço hídrico pode ser interpretado como sendo a contabilização de água no solo, onde a precipitação representa a entrada e a evapotranspiração, a saída. Dentre os métodos existentes para seu calculo, é muito usual o de Thornthwaite & Mater. Observando o gráfico de balanço hídrico hipotético apresentado a seguir, é possível determinar que



- (A) o período do ano com melhor desenvolvimento vegetativo está representado no gráfico entre junho e outubro, e caracteriza a estação chuvosa que apresenta excedente hídrico.
- (B) o gráfico permite acompanhar a disponibilidade de água no solo no momento de seu cálculo, podendo ser a escala de tempo compatível com as tomadas de decisões, ou seja, diária, semanal, decendial ou mensal.
- (C) no período de junho a outubro ocorre a reposição de água no solo pelos excedentes hídricos observados, ou seja, muita percolação para abastecer o lençol freático e as aguadas de uma determinada região.
- (D) a partir da análise da figura, é facilmente perceptível o período de deficiência hídrica e a quantidade de excedente hídrico. O primeiro condiciona a escolha de muitos tipos de cultivo, por indicar a época de baixa disponibilidade de água (nesse caso de junho a outubro); o segundo representa a água sujeita à infiltração ou percolação e/ou deflúvio superficial (entre novembro a abril).
- (E) apesar de informar os períodos de excedentes e deficiências hídricas, o sistema se limita a apenas estudar a disponibilidade de água para a planta e não permite avaliar os possíveis efeitos, como as carências e excessos de água nas safras agrícolas, a ocorrência de surtos epidêmicos de moléstias e pragas, na qualidade dos produtos agrícolas.

38. Com relação aos tipos climáticos, segundo a classificação de Koeppen, assinale a alternativa correta.
- (A) Af – Clima tropical úmido ou superúmido, sem estação seca, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 22 °C.
 - (B) Cfb – Clima subtropical, com verão quente. As temperaturas são superiores a 22 °C no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco.
 - (C) Cfa – Clima temperado, com verão ameno. Chuvas uniformemente distribuídas, sem estação seca e a temperatura média do mês mais quente não chega a 22 °C.
 - (D) Cwb – Clima subtropical de inverno seco (com temperaturas inferiores a 18 °C) e verão quente (com temperaturas superiores a 22 °C).
 - (E) Cwa – Clima subtropical de altitude, com inverno seco e verão ameno. A temperatura média do mês mais quente é inferior a 22 °C.
39. A classificação de terras pelo sistema de capacidade de uso é uma classificação técnico-interpretativa que visa racionalizar ao máximo a utilização da terra sem risco de degradação do solo, utilizando atributos que podem ser medidos ou estimados (p.ex. textura do solo) e atributos relativos ao seu comportamento (p.ex. risco de erosão), resultantes da interação entre o solo e o ambiente. Consiste em agrupamentos de terras que apresentam o mesmo grau de limitação de uso e/ou risco de degradação do solo em grau semelhante. Convencionalmente, as classes são designadas por números romanos agrupadas em 8 classes distintas. Na caracterização do sistema de capacidade de uso, pode-se considerar que
- (A) a intensidade de uso é crescente no sentido que vai da classe I para a classe VIII, sentido no qual há diminuição das limitações e dos riscos de erosão ou degradação do solo. Inversamente, há aumento da adaptabilidade e da liberdade de escolha de uso.
 - (B) o uso de atividade com pastagem intensiva na classe I, apesar de permitido, pois o risco de degradação é muito baixo, caracteriza uma subutilização das terras, já que a máxima utilização racional da terra consiste no uso de culturas anuais.
 - (C) o uso de atividade com cultivo intensivo (culturas anuais) na classe IV de capacidade de uso caracteriza uma subutilização racional da terra.
 - (D) a classe IV caracteriza as terras cultiváveis com limitações moderadas para seu uso, mas boa para serem cultivadas com culturas anuais, desde que sejam aplicadas práticas de conservação de fácil execução.
 - (E) o uso de atividade com reflorestamento na Classe III de capacidade de uso caracteriza uma sobreutilização racional da terra, conseqüentemente o risco de degradação do solo é alto.
40. Os solos podem ser mais ou menos susceptíveis à erosão, dependendo dos seus fatores intrínsecos (pedogênese) e extrínsecos (manejo). Com relação aos solos com alta susceptibilidade à erosão, é correto afirmar que
- (A) na erosão natural, a velocidade de formação dos solos é maior que a velocidade de destruição.
 - (B) solos com horizontes A e B profundos são tão mais susceptíveis ao voçoramento quanto mais superficial for o horizonte C.
 - (C) solos com pouca profundidade efetiva e presença de horizonte nátrico possuem baixo risco de susceptibilidade à erosão.
 - (D) o processo de erosão hídrica se inicia com o impacto das gotas de chuva que provoca a desagregação do solo, o transporte e a deposição das partículas desagregadas.
 - (E) a intensidade de perdas de nutrientes do solo causadas pela erosão é menor que a causada pela extração das culturas.
41. A classificação das terras, segundo sua capacidade de uso, é fundamental na avaliação geral de um imóvel. Nas definições da capacidade de uso das terras, o relevo tem peso significativo, já que apresenta estreita relação com o uso e com o manejo agrícola. Sabe-se, por exemplo, que o trabalho das máquinas agrícolas (mecanização) podem sofrer limitações em função do relevo. A declividade que melhor representa a classe de relevo ondulado se enquadra no intervalo
- (A) de 2 a 5%.
 - (B) acima de 20%.
 - (C) de 8 a 20%.
 - (D) de 20 a 45%.
 - (E) acima de 45%.
42. Quais as principais vantagens do plantio direto como prática agrícola conservacionista?
- (A) Aumenta a evaporação do solo e a produção agrícola e promove a economia de combustíveis, lubrificantes, máquinas e implementos.
 - (B) Controla a erosão, mantém ou melhora a estrutura do solo e reduz a oscilação de temperatura do solo.
 - (C) Aumenta a umidade do solo, reduz a incidência de pragas e doenças e aumenta a produção agrícola.
 - (D) Controla a erosão, reduz os custos com defensivos agrícolas e dispensa o uso de práticas conservacionistas de caráter mecânico de controle da erosão.
 - (E) Aumenta a evaporação do solo, reduz o custo de produção e prolonga o período de semeadura.

43. Na classificação da capacidade do uso das terras, é correto afirmar que um deflúvio superficial é caracterizado pela
- (A) drenagem interna da camada arável (antrópica) superficial do solo.
 - (B) capacidade de percolação da água até interceptar um lençol freático.
 - (C) rapidez com que a água se infiltra em um solo seco até romper a camada arável.
 - (D) drenagem externa do solo, ou pelo escoamento superficial da água recebida pelo solo.
 - (E) presença de pontos de alagamento, oriundos de minas e de fontes naturais de água.
44. Na execução dos trabalhos de avaliação, o profissional responsável deverá adotar a terminologia e as definições recomendadas pelas normas específicas. Sobre os conceitos adotados para a avaliação de imóveis rurais, assinale a alternativa em que o conceito apresentado está corretamente definido.
- (A) Imóvel Avaliando: Imóvel semelhante e próximo ao imóvel objeto da avaliação.
 - (B) Avaliação de Bens: análise técnica para identificar o valor de um bem, seus custos, frutos e direitos, bem como determinar indicadores da viabilidade de sua utilização econômica para determinada finalidade, situação e data.
 - (C) Certidão da Matrícula: documento contendo registro atual, ações reais e reipersecutórias e sem quaisquer outros ônus incidentes sobre o imóvel.
 - (D) Restrição: dano ou prejuízo imposto a um imóvel, que independem da instituição de servidão de passagem ou desapropriação parcial.
 - (E) Tabela de Phillipe-Westin: critério consagrado e adotado para estimativa do percentual de desvalorização imposto ao imóvel por decorrência de arrendamento e que determina o valor da indenização devida.
45. É indispensável que o avaliador faça uma inspeção pessoal da propriedade e região rural a fim de não só conhecer as características físicas mas principalmente para obter informações socioeconômicas e contábeis com proprietários ou administrador; nessa inspeção, é de grande importância que o avaliador disponha de fotografias aéreas e/ou plantas e mapas. Sobre a classificação dos componentes dos imóveis rurais, pode-se afirmar que
- (A) quanto ao seu estágio de exploração atual, as terras são classificadas como: terra vegetação, terra solo exposto e terra agrícola.
 - (B) as terras são enquadradas segundo o Sistema de Classificação da Capacidade de Uso das Terras, conforme o Manual Brasileiro para Levantamento da Capacidade de Uso da Terra – III aproximação, ou o que vier a substituí-lo para fins de avaliação de imóveis rurais.
 - (C) benfeitorias estão relacionadas a máquinas e equipamentos removíveis.
 - (D) semoventes estão relacionados à produção vegetal (culturas); construções (exemplos: casa, galpão, cercas) e instalações (exemplos: rede de energia elétrica, rede de distribuição de água); obras e trabalhos de melhoria das terras.
 - (E) em relação a direitos, pode-se categorizar em florestais, hídricos e minerais.
46. Os recursos de produção do capital permanente de uma empresa agrícola depreciam-se ao longo do tempo. Seu cálculo é importante para a caracterização do imóvel e determinação dos custos de produção. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de depreciação.
- (A) A reserva contábil que permite ao produtor rural prover dinheiro necessário à reposição dos fatores produtivos de curta duração.
 - (B) A utilização excessiva e inadequada do capital permanente durante os ciclos produtivos.
 - (C) A utilização irracional dos insumos (ex.: ração) no processo de produção na agricultura.
 - (D) A mensuração do fluxo de serviço de um dos fatores de produção do capital permanente, em dado período de tempo.
 - (E) A perda do valor do capital de giro em decorrência de sua utilização ou envelhecimento.
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.

49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

